

Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA
Cachoeira Dourada - GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	83.655	47.796
Títulos e valores mobiliários	5	37.400	36.705
Concessionárias, concessionários e permissionários	6	52.556	55.738
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(4.619)	(3.031)
Tributos a compensar	7	18.663	26.073
Serviços em curso		17.209	7.244
Outros créditos		11.195	6.988
		<u>216.059</u>	<u>177.513</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	8	21.350	20.424
Cauções e depósitos		-	252
Imobilizado	9	654.409	697.002
Intangível		2.485	2.451
		<u>678.244</u>	<u>720.129</u>
Total dos ativos		<u>894.303</u>	<u>897.642</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	38.067	15.523
Folha de pagamento		2.352	1.765
Obrigações fiscais	11	9.808	14.237
Dividendos a pagar		100.520	429
Taxas regulamentares		3.571	4.080
Parcelamento de tributos		-	2.370
Programa de pesquisa e desenvolvimento	13	16.107	15.712
Outras obrigações		2.145	2.857
		172.570	56.973
 Não circulante			
Tributos diferidos	19	73.077	73.077
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	5.112	7.399
		78.189	80.476
 Patrimônio líquido	15		
Capital social		64.340	64.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reserva de lucros		7.693	7.693
Proposta de distribuição de dividendos adicional		56.572	135.397
Ajuste de avaliação patrimonial		168.378	206.202
		643.544	760.193
 Total dos passivos e patrimônio líquido		894.303	897.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida	16	655.743	481.262
Custo do serviço	17	<u>(382.786)</u>	<u>(147.360)</u>
Lucro bruto		<u>272.957</u>	<u>333.902</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	17	(5.855)	(5.570)
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(8.650)</u>	<u>(9.675)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(14.505)</u>	<u>(15.245)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>258.452</u>	<u>318.657</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	30.682	51.897
Despesas financeiras	18	<u>(2.009)</u>	<u>(2.179)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>287.125</u>	<u>368.375</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	<u>(31.410)</u>	<u>(30.802)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>255.715</u></u>	<u><u>337.573</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	255.715	337.573
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>255.715</u>	<u>337.573</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital									
	Capital social	Ações em tesouraria	Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	289.340	(278)	126.831	219.970	38	244.026	7.693	-	142.996	1.030.616
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(37.824)	-	37.824	-	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(142.996)	(142.996)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	337.573	-	337.573
Destinações:										
Redução de capital	(225.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.000)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(135.397)	135.397	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	64.340	(278)	126.831	219.970	38	206.202	7.693	-	135.397	760.193
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	-	255.715	-	255.715
Dividendos expirados	15	-	-	-	-	-	-	33	-	33
Realização do custo atribuído	15	-	-	-	-	(37.824)	-	37.824	-	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(135.397)	(135.397)
Destinações:										
Dividendos intercalares	15	-	-	-	-	-	-	(237.000)	-	(237.000)
Dividendos adicionais	15	-	-	-	-	-	-	(56.572)	56.572	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	64.340	(278)	126.831	219.970	38	168.378	7.693	-	56.572	643.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	255.715	337.573
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.469	3.031
Depreciação e amortização	63.315	63.099
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.287)	896
Programa de pesquisa e desenvolvimento	6.655	4.797
Encargos financeiros	620	740
	326.487	410.136
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	2.301	31.049
Tributos a compensar	7.410	(17.949)
Cauções e depósitos	252	(199)
Depósitos vinculados a litígios	(926)	(721)
Outros créditos	(14.172)	(1.957)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	22.544	(13.130)
Folha de pagamento	587	235
Obrigações fiscais	1.584	386
Taxas regulamentares	(509)	(285)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(6.873)	(4.102)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(45)
Outras obrigações	(712)	290
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	337.973	403.708
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Título e valores mobiliários	(695)	29.286
Aplicações no imobilizado e no intangível	(20.756)	(23.534)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(21.451)	5.752
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento especial	(8.390)	(6.320)
Redução de capital	-	(225.000)
Dividendos pagos	(272.273)	(382.819)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(280.663)	(614.139)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	35.859	(204.679)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.796	252.475
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.655	47.796
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	35.859	(204.679)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (“Companhia” ou “CDSA”), com sede na Rodovia GO 206, KM0 - Cachoeira Dourada – Estado de Goiás, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2015.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.4.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres, depósitos vinculados a litígios e outros ativos financeiros.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

2.4.1.2. Concessionários, permissionários e consumidores livres

As contas a receber de concessionários, permissionários e consumidores livres referem-se aos créditos de venda de energia comercializados até a data do balanço e contabilizados pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, o que faz com que tal ajuste não apresente um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.4.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.4.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.4.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado, ou outros modelos de avaliação.

2.5. Imobilizado

Em imobilizações em serviço, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, conforme Nota 9.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

2.10. Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes:

2.10.1. Reserva Global de Reversão ("RGR")

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.10.2. Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e Ministério de Minas e Energia ("MME").

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.10.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.12. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

► Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))

Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

► Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia.

► Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge – alterações ao CPC 38

Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia.

► ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos

A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

► IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

► IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

► Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado

A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e contas correntes bancárias	2.229	1.206
Aplicações financeiras	81.426	46.590
Total	83.655	47.796

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CDB - (Fundos exclusivos)	26.179	22.517
Operações compromissadas	55.247	24.073
Total de aplicações financeiras	81.426	46.590

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	37.400	26.884
Cotas de fundos de investimentos	-	7.562
Outros	-	2.259
Total de títulos e valores mobiliários	<u>37.400</u>	<u>36.705</u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

6. Concessionárias, permissionárias e consumidores livres

	A vencer		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cia. Energética de Goiás - CELG	206	174	-	-	206	174
Energia Elétrica - CCEE	3.056	8.925	-	-	3.056	8.925
Legião Energia - CCEAR	15.085	9.790	1.900	2.048	16.985	11.838
Clientes livres	27.607	28.077	3.174	3.686	30.781	31.763
Enertrade Energy	-	1.636	-	-	-	1.636
Contas a receber com partes relacionadas (vide nota 12)	1.528	1.402	-	-	1.528	1.402
Subtotal	<u>47.482</u>	<u>50.004</u>	<u>5.074</u>	<u>5.734</u>	<u>52.556</u>	<u>55.738</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.619)	(3.031)	(4.619)	(3.031)
Total	<u>47.482</u>	<u>50.004</u>	<u>455</u>	<u>2.703</u>	<u>47.937</u>	<u>52.707</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.031)
(Adições)	(2.469)
Baixas	881
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(4.619)</u>

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	13.269	8.108
PIS e COFINS	5.191	17.965
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	203	-
Total	<u>18.663</u>	<u>26.073</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

8. Depósitos vinculados a litígios

	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	22	28
Fiscais	21.328	20.396
Total	21.350	20.424

O saldo de depósitos fiscais é composto substancialmente pela base negativa de contribuição social (CSLL). A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). Posteriormente a Secretaria da Receita Federal cobrou tais valores e a Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria.

9. Imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Geração							
Terrenos		1.139	1.139	-	-	1.139	1.139
Reservatórios	50	243.081	241.472	(158.383)	(153.426)	84.698	88.046
Edificações	30	106.432	106.432	(81.958)	(79.604)	24.474	26.828
Máquinas e equipamentos	35	2.191.202	2.164.814	(1.692.380)	(1.636.884)	498.822	527.930
Veículos	7	745	745	(622)	(596)	123	149
Móveis e utensílios	16	535	535	(393)	(378)	142	157
		2.543.134	2.515.137	(1.933.736)	(1.870.888)	609.398	644.249
Administração							
Terrenos		24	24	-	-	24	24
Edificações	30	2.212	2.212	(1.125)	(1.051)	1.087	1.161
Máquinas e equipamentos	11	1.602	1.528	(1.277)	(1.127)	325	401
Veículos	7	48	48	(48)	(48)	-	-
Móveis e utensílios	16	1.323	1.325	(1.250)	(1.236)	73	89
		5.209	5.137	(3.700)	(3.462)	1.509	1.675
Total do imobilizado em serviço		2.548.343	2.520.274	(1.937.436)	(1.874.350)	610.907	645.924
Em curso:							
Geração		43.098	49.920	-	-	43.098	49.920
Administração		404	1.158	-	-	404	1.158
Total do imobilizado em curso		43.502	51.078	-	-	43.502	51.078
Total do imobilizado		2.591.845	2.571.352	(1.937.436)	(1.874.350)	654.409	697.002

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.519.589	(1.811.507)	708.082	28.282	736.364
Adições	-	(62.843)	(62.843)	23.481	(39.362)
Transferências	685	-	685	(685)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.520.274	(1.874.350)	645.924	51.078	697.002
Adições	-	(63.086)	(63.086)	20.493	(42.593)
Transferências	28.069	-	28.069	(28.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.548.343	(1.937.436)	610.907	43.502	654.409

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

A Administração entende que a Companhia sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais Informática	16,67%
Veículos	14,29%

10. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo pelo uso do sistema de transmissão	6.215	4.910
Câmara Controle de Energia Elétrica - CCEE	10.800	-
Energia incentivada	3.539	1.666
Materiais e serviços	17.213	8.711
Fornecedores com partes relacionadas (vide nota 12)	196	148
Outros	104	88
Total	<u>38.067</u>	<u>15.523</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

11. Obrigações Fiscais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.217	9.601
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.700	950
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	1.209	2.708
Programa de integração social - PIS	263	587
Instituto nacional de seguridade social - INSS	250	223
Outros	169	168
Total	<u>9.808</u>	<u>14.237</u>

12. Partes relacionadas

As transações da Companhia com partes relacionadas são como segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (despesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (despesa)
Ampla Energia e Serviço S.A. (a)	885	-	8.262	772	-	7.350
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	-	127	(1.153)	-	117	(1.170)
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	643	-	6.173	630	-	5.310
Enel Energy Europe	-	69	(37)	-	31	(21)
Total	<u>1.528</u>	<u>196</u>	<u>13.245</u>	<u>1.402</u>	<u>148</u>	<u>11.469</u>

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 6 e 10).

a) Venda de energia

A venda de energia realizada a diferentes distribuidoras, dentre as quais AMPLA e COELCE, seu deu pelo 2º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Este Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1º de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MW Médios.

No exercício de 2014 esse contrato totalizou um montante de R\$ 14.435 (R\$ 12.660 em 2013), dos quais R\$ 6.173 fez parte do contrato com a Coelce e R\$ 8.262 fez parte do contrato com a Ampla Energia.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.278 (R\$ 1.427 em 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

13. Programa de pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2014	31/12/2013
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.930	15.506
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - F.N.D.C.T.	107	126
Ministério de Minas e Energia - M.M.E	70	80
Total	16.107	15.712

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com a resolução nº 316, de 13 de maio de 2008, a Companhia efetua os registros contábeis das obrigações legais de aplicação de recursos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que são reconhecidas contabilmente, incidindo juros, a partir do segundo mês subsequente de seu reconhecimento, até o mês do efetivo desembolso financeiro. Os juros são calculados mensalmente com base na taxa referencial SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos.

No saldo referente ao programa de pesquisa e desenvolvimento estão os inclusos valores aplicados em projetos em curso em 31 de dezembro de 2014.

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda são prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço.

	31/12/2013		31/12/2014		Saldo
	Saldo	Adições /	Atualização	reversões	acumulado
	acumulado		monetária		acumulado
Trabalhista	348	-	40		388
Cíveis	889	-	56		945
Fiscais (a)	3.162	(889)	(1.494)		779
Ambientais (b)	3.000	-	-		3.000
Total	7.399	(889)	(1.398)		5.112

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foram estimadas como prováveis.

a) Compensação de débitos de CSLL e IRPJ

A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não seria suficiente. Em sua defesa, a Companhia argumentou que seu crédito seria suficiente, entretanto, existiam erros formais no procedimento de compensação e a Companhia optou por constituir provisão. Em novembro de 2014 a Companhia obteve êxito definitivo nos processos administrativos e reverteu a provisão no valor total atualizado de 2.750, dos quais R\$ 889 referem-se ao montante principal e R\$ 1.861 à atualização monetária. De forma que em dezembro não há mais provisão constituída para estes processos.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

b) Contingências ambientais

A provisão constituída no montante de R\$ 3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

Principais riscos possíveis

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a Companhia em função da compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a matéria e aguarda o julgamento de seu recurso. O valor atualizado do processo em dezembro de 2014 é de R\$ 17.182 (R\$ 16.609 em 2013).

Além do processo descrito acima a Companhia possui outros processos com probabilidade de perda possível totalizando o valor de R\$ 747 em 31 de dezembro de 2014 (R\$734 em 2013).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2014:

	<u>Ordinárias</u>		<u>Preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,60
Ações em tesouraria	-	-	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25
Total	<u>1.031.120.660</u>	<u>100,00</u>	<u>1.894.930.206</u>	<u>100,00</u>	<u>2.926.050.866</u>	<u>100,00</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

b) Dividendo mínimo obrigatório

	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	255.715
Reversão de dividendos prescritos	33
Custo atribuído	<u>37.824</u>
Lucro ajustado	293.572
Dividendos intercalares	237.000
Dividendos adicionais propostos	56.572

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de novembro de 2014 foram deliberados dividendos no montante de R\$237.000, sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e referentes ao lucro líquido apurado até no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014. Em 10 de dezembro de 2014 foi pago o montante de R\$136.936.

c) Dividendo adicionais

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2014, além dos dividendos deliberados antecipadamente sob a forma de dividendos intercalares pelo Conselho de Administração da Companhia, no montante de R\$237.000, a Administração está propondo dividendos adicionais de R\$56.572, perfazendo o total de distribuição proposto de R\$293.572.

d) Reserva legal

A Companhia não constitui reserva legal em 2014 e 2013 face ao fato das reservas de capital, exceder em mais de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, com saldo em 31 de dezembro 2014 e 2013 de R\$126.831 e R\$219.970, respectivamente, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia, conforme mencionado na Nota 1.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

16. Receita líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	694.089	511.697
Outras receitas	347	271
Total da receita bruta	694.436	511.968
Deduções da receitas bruta		
PIS	(4.512)	(3.326)
COFINS	(20.825)	(15.353)
Pesquisa e desenvolvimento	(6.555)	(4.797)
Quota para reversão global de reversão	(6.801)	(7.230)
Total das deduções da receitas bruta	(38.693)	(30.706)
Receita líquida	655.743	481.262

17. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(10.195)	(2.291)	(4.594)	(17.080)	(14.562)
Administradores	-	-	(1.434)	(1.434)	(1.463)
Material	(878)	-	(23)	(901)	(819)
Serviços de terceiros	(4.891)	(657)	(2.605)	(8.153)	(7.500)
Energia elétrica comprada para revenda	(242.089)	-	-	(242.089)	(29.917)
Transporte de potência de energia	(41.833)	-	-	(41.833)	(25.642)
Depreciação e amortização	(63.104)	-	(211)	(63.315)	(63.099)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	889	889	(580)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquidas	-	(2.469)	-	(2.469)	(3.031)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(15.271)	-	-	(15.271)	(11.336)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.540)	-	-	(1.540)	(1.716)
Outras despesas operacionais	(2.985)	(438)	(672)	(4.095)	(2.940)
Total	(382.786)	(5.855)	(8.650)	(397.291)	(162.605)

18. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	27.725	31.803
Atualização crédito PIS/COFINS	269	15.412
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.398	-
Outras receitas financeiras	1.290	4.682
Total das receitas financeiras	30.682	51.897
Despesas financeiras		
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(316)
Variações monetárias diversas	(100)	(39)
Despesas bancárias	(46)	(18)
Atualização financeira sobre pagamentos	(649)	(129)
Correção P&D	(613)	(611)
Outras despesas	(601)	(1.066)
Total das despesas financeiras	(2.009)	(2.179)
Total do resultado financeiro	28.673	49.718

19. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta Companhia, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Faturamento - Suprimento de energia	694.089	511.697	694.089	511.697
Alíquota aplicável	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	55.527	40.936	83.291	61.404
Demais receitas	29.579	44.311	29.579	44.311
Base de cálculo	85.106	85.247	112.870	105.715
Alíquota aplicável do imposto de renda e da contribuição social	15%	15%	9%	9%
	12.766	12.787	10.158	9.514
Alíquota aplicável do adicional de imposto de renda (10%)	8.486	8.501	-	-
Imposto de renda e contribuição social	21.252	21.288	10.158	9.514

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a Companhia passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo está registrado no valor de R\$ 9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a Companhia.

O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da Companhia, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo está registrado no valor de R\$ 82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo será realizado a partir de 2015, quando a Companhia passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo						
Diferenças temporárias						
Remuneração das imobilizações em curso	9.633	9.633	-	-	9.633	9.633
Total de tributos diferidos ativos	<u>9.633</u>	<u>9.633</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.633</u>	<u>9.633</u>
Passivo						
Diferenças temporárias						
Custo atribuído	(60.816)	(60.816)	(21.894)	(21.894)	(82.710)	(82.710)
Total de tributos diferidos passivos	<u>(60.816)</u>	<u>(60.816)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(82.710)</u>	<u>(82.710)</u>
Tributos diferidos						
Passivos diferidos	<u>(51.183)</u>	<u>(51.183)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(73.077)</u>	<u>(73.077)</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Montante a realizar</u>
2015	797
2016	797
2017	797
2018 a 2020	2.391
2021 a 2023	4.851
Total	<u>9.633</u>

20. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	83.655	83.655	47.796	47.796
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	37.400	37.400	36.705	36.705
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	Empréstimos e recebíveis	2	47.937	47.937	52.707	52.707
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	2	21.350	21.350	20.424	20.424
Passivo						
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	38.067	38.067	15.523	15.523
Parcelamento de tributos	Outros passivos financeiros	2	-	-	2.370	2.370

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

21. Compromissos

A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R\$ 5.646.845.

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Receita bruta	564.378	481.267	503.272	517.092	545.033	3.035.803

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação no exercício de 2014 foi de R\$ 2.193 (R\$ 1.884 em 2013).

23. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2014	31/10/2015	R\$ 1.305.442	R\$ 1.536.382
Responsabilidade Civil	01/11/2014	31/10/2015	N/A	R\$ 490.700